



[Handwritten signatures and initials in blue ink]

MUNICÍPIO DE SANTA COMBA DÃO ASSEMBLEIA MUNICIPAL

ATA DA SESSÃO ORDINÁRIA, DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL
DE SANTA COMBA DÃO, REALIZADA NO DIA 27 DE
FEVEREIRO DE 2016

Aos vinte e sete dias do mês de fevereiro de dois mil e dezasseis, no Auditório Municipal de Santa Comba Dão, pelas dez horas e trinta minutos, teve lugar a primeira sessão ordinária do corrente ano da Assembleia Municipal (AM) de Santa Comba Dão, com a seguinte Ordem de trabalhos:

I – PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA

1.1-LEITURA DE EXPEDIENTE

I – PERÍODO DA ORDEM DO DIA

2.1- APRECIÇÃO E VOTAÇÃO DA ATA DA SESSÃO ORDINÁRIA DE 28 DE DEZEMBRO DE 2015;

2.2-INFORMAÇÃO DO PRESIDENTE DA CÂMARA ACERCA DA ATIVIDADE DO MUNICÍPIO, BEM COMO DA SITUAÇÃO FINANCEIRA DO MESMO;

2.3- ANTE PROJETO DE REGULAMENTO DO CEMITÉRIO = APRECIÇÃO E EVENTUAL APROVAÇÃO;

2.4- RELATÓRIO ANUAL DE AVALIAÇÃO DE ATIVIDADES DA COMISSÃO DE PROTEÇÃO DE CRIANÇA E JOVENS DE SANTA COMBA DÃO = CONHECIMENTO;

2.5- QUARTO RELATÓRIO TRIMESTRAL DO PAEL (ALÍNEA A) DO ARTIGO 12º DA LEI Nº 43/2012, DE 28 DE AGOSTO = ACOMPANHAMENTO;

2.6- FAM- FUNDO DE APOIO MUNICIPAL = PAM/ADENDA AO PROGRAMA DE AJUSTAMENTO MUNICIPAL E ADENDA AO CONTRATO DE ASSISTÊNCIA FINANCEIRA = APRECIÇÃO E EVENTUAL APROVAÇÃO;

2.7- PEDIDO DE CERTIDÃO DE DELIBERAÇÃO FUNDAMENTADA DE RECONHECIMENTO DO INTERESSE PÚBLICO MUNICIPAL NA REGULARIZAÇÃO DA ATIVIDADE PECUÁRIA, AO ABRIGO DO DECRETO-LEI Nº165/2014, DE 05 DE SETEMBRO, REQUERENTE: PRIMOS SANTOS, S.A. = APRECIÇÃO E EVENTUAL APROVAÇÃO;

III- PERÍODO PARA INTERVENÇÃO E ESCLARECIMENTO AO PÚBLICO.

Presidiu aos trabalhos o sr. Presidente Fernando Paulo Soares Gomes secretariado por César Fernando Lima Branquinho e Maria José Nogueira de Sousa Tavares.

Participaram também na sessão, tomando assento nas bancadas que lhes estavam destinadas os Senhores Deputados: António José Correia, Fernando Augusto Neves Gomes da Cruz, Edite da Conceição Alves da Cruz, Alcino Manuel Coimbra Martins Almeida, Marco Paulo Antunes Varela, Luís Artur Loureiro Pereira, Maria Inês Dias Simão, Manuel Luís Leitão Morais, José dos Santos Castanheira Neves, Luís Pedro Figueiredo Simões Nunes, Rui Jorge Gonçalves da Silva Pereira, Márcia Sofia Gonçalves Marques, Pedro Miguel Soares Veloso, Tiago Rafael Rodrigues da Costa, Joaquim Pereira Rodrigues, Fernando Manuel Dias de Almeida e Costa, João Pedro Duarte da Cruz, Serafim Pereira Rodrigues, José Rui Batista Alves Ferreira, José Augusto Morais de Sousa, Domingos Manuel Costa Marques e Urbana Maria Coimbra Sousa. Com a presença de vinte e cinco deputados, catorze deputados do Partido Socialista (PS); dez deputados do Partido Popular Democrático/Partido Social Democrático (PPD/PSD) e um deputado do Partido Centro Democrático Social/Partido Popular (CDS/PP).

Verificou-se a ausência dos Senhores Deputados Jorge Miguel Silva Amaral e Luís Miguel Ferreira Marques cujas faltas foram consideradas justificadas pela mesa.

A sessão começou com a seguinte ordem de trabalhos:

I – PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA

1.1-LEITURA DE EXPEDIENTE

O 2º Secretário da Mesa, a Sra. Deputada Maria José Tavares, fez a leitura do expediente endereçado a esta Assembleia Municipal: O primeiro assunto visado era referente à Associação de Autarcas Independentes que vinha assim dar a conhecer a sua associação e os seus objetivos; o segundo assunto dizia respeito a uma carta



MUNICÍPIO DE SANTA COMBA DÃO ASSEMBLEIA MUNICIPAL

dirigida ao sr. Presidente da Assembleia Municipal e deputados, enviada pelo Senhor Ramiro, mulher e filhos, dono de um estabelecimento, na Senhora da Ribeira, em que responsabilizava o Sr. Presidente da Câmara e antigos vereadores por terem permitido a instalação de dois negócios à sua frente e, por isso, ia ser obrigado a fechar o estabelecimento por concorrência desleal e de má fé.

Em seguida o Sr. Presidente da Assembleia abriu as inscrições para as intervenções dos senhores deputados. Neste período tomou a palavra o Sr. deputado Manuel Luís Leitão Morais para colocar questões relativas ao Dia da Árvore e das preocupações que os munícipes devem ter com a floresta e cuja intervenção constitui o anexo nº 1 desta ata e dela fazendo parte integrante.

Depois tomou a palavra o Sr. deputado Marco Varela que na sua intervenção se referiu ao corredor Via dos Duques, como sendo uma proposta de melhoria para a ligação rodoviária entre Viseu e Coimbra Itinerário (IP3), e também acerca do serviço de radioterapia para Viseu, sobre estes assuntos colocou várias questões ao Sr. Presidente da Câmara e cuja intervenção constitui o anexo nº 2 desta ata e dela fazendo parte integrante.

Interveio em seguida o Sr. deputado Luís Pereira para questionar o Sr. Presidente da Câmara acerca do processo do cálculo das rendas de habitação social e do plano de intervenção no Bairro do Fomento relativo à cobertura de placas de fibrocimento e cuja intervenção constitui o anexo nº 3 desta ata e dela fazendo parte integrante.

Foi dada a palavra ao Sr. Presidente da Câmara para responder às questões colocadas.

Em relação ao expediente disse que também recebeu a carta do Sr. Ramiro e não tinha muito a dizer. Lamentou que houvesse equipamentos na Senhora da Ribeira que não estivessem a ser dinamizados convenientemente e que dessem um melhor apoio à zona balnear. Que a pessoa em causa, talvez por falta de empreendedorismo e visão estratégica, não rentabilizasse o que investiu e levasse ao aparecimento de outros projetos e estabelecimentos ao lado referindo que estes não colocavam em causa o seu negócio. Referiu que a grande animosidade registada na carta era devida ao período em que foi vereador e tinha o pelouro das obras particulares e ter feito um despacho contra um projeto de ampliação do estabelecimento por descaracterizar o edifício pondo em causa a sua rentabilidade e aquilo a que tinha sido destinado, como veio a acontecer. A pessoa em causa tem estado envolvida noutras negócios que apresentam o mesmo desfecho. Também lamentou que a situação chegasse a este ponto.

Relativamente à intervenção do Sr. deputado Luís Leitão, o Sr. Presidente da Câmara disse que o Município tem tido a preocupação com a proteção da área florestal, dando como exemplo o evento do Fórum Florestal, que decorreu no concelho e foi muito positivo e na sua sequência o início de um processo que o Município pretende levar a cabo com a florestação de terrenos que possui no sentido de os rentabilizar, pensando ser uma grande oportunidade para o Município e privados, iniciando assim um trabalho que não foi feito nos últimos anos relativo gestão dos espaços florestais. Relativamente ao parque florestal/urbano disse que fez parte do plano de ação da sua candidatura nomeadamente na construção de um parque da cidade, projeto este que já existiu em 2004, um plano de intenções que nunca chegou a ser concretizado, disse que a existirem condições, dentro do Quadro Comunitário, tudo será feito para o levar a cabo. Também aproveitou para dizer que no próximo Quadro Comunitário serão feitas candidaturas no âmbito de obras de recuperação urbana na zona central de Santa Comba Dão e que o plano já está feito. No que diz respeito às questões levantadas sobre a Proteção Civil esse tipo de articulação está previsto no Plano Operacional Municipal e Plano de Emergência que integram o Plano Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios, estando lá expresso os tipos de contactos e articulações que devem ser feitas e que o Município tem ainda, no seu site, um sistema de alerta que tem tido uma grande adesão por parte dos munícipes, sendo usado para reportar situações de emergência ou que merecem resposta imediata estando a funcionar com normalidade e regularidade. No que se refere à inundação da parada dos Bombeiros Voluntários de Santa Comba Dão disse que devido a tal intensidade da chuva a água galgou em minutos o leito da ribeira. Referiu que a notícia que apareceu na comunicação social empolou o que na realidade aconteceu. Disse que nessa altura foi ao local da inundação e



MUNICÍPIO DE SANTA COMBA DÃO ASSEMBLEIA MUNICIPAL

[Handwritten signature]
[Handwritten initials]

que de imediato foi decidido colocar barreiras o que impediu a água de continuar a chegar aos hangares e parada. Informou ainda estarem a decorrer obras para que os hangares possam operar a partir de março contribuindo assim o Município para que mais uma unidade se instale e traga mais dinamismo para o concelho. Em relação à perda de uma base logística, assunto já debatido nesta assembleia, disse ter existido muita inação no passado que levou à sua saída. Relativamente ao projeto de requalificação das atuais instalações dos Bombeiros Voluntários informou já terem sido abertas as propostas tendo ficado em primeiro lugar uma empresa do concelho aguardando, neste momento, que aja um processo de abertura a fundos comunitários. Na resposta dada ao Sr. deputado Marco Varela deu nota de uma reunião presenciada em Castelo Branco onde se falou sobre a requalificação da linha da Beira Alta versus nova linha Aveiro/ Viseu/Vilar Formoso ficando claro que a prioridade vai para a linha da Beira Alta, existindo dinheiro comunitário para isso, cerca de novecentos milhões de euros, e que o projeto da linha Aveiro/Viseu/Vilar Formoso ficaria à volta dos dois mil milhões de euros daí estar fora de questão. Relativamente à Via dos Duques disse que quando foi apresentado havia um manifesto de um projeto de intenção, sem nenhum estudo, o que iria ser feito a seguir era a abertura de um concurso para o estudo da sua viabilidade e que, na referida reunião em Castelo Branco em que esteve presente, seria apresentado um estudo de impacto ambiental até 2017. Referiu que a situação preocupa os municípios servidos pelo atual IP3 e que a nível da CIM existe um pedido de reunião com o Sr. Ministro do Planeamento para clarificar a situação. Acrescentou ainda que dará nota da situação assim que houver uma resposta. No referente ao serviço de radioterapia a ideia com que ficou, pela informação que lhe foi transmitida, era que Viseu iria ter um serviço de radioterapia, e o que foi dito pelo Sr. deputado Marco Varela deixou-o confuso e que iria averiguar o que se passava.

Passando às questões colocadas pelo Sr. deputado Luís Pereira acerca do cálculo das rendas da habitação social, disse que a notícia relatada no jornal do Centro não transmite corretamente a realidade. Em dezembro de 2014 saiu nova legislação sobre o cálculo das rendas apoiadas e a necessidade da sua implementação. Referiu que as rendas de habitação social não eram atualizadas desde 2006 e que, devido à obrigatoriedade de atualizar taxas, licenças e IMI's, tiveram também a obrigatoriedade de atualizar as rendas de habitação social de modo cumprir a lei. Mencionou ainda que as rendas de habitação social são calculadas a partir do rendimento do agregado familiar e que não podiam fazer nada em relação ao estipulado por lei. Expôs poderem existir dois ou três casos em que o aumento foi mais expressivo mas que este facto se devia ao rendimento do agregado familiar. Acrescentou ainda não permitir a lei um regulamento Municipal que ajustasse as rendas. No que dizia respeito ao plano de intervenção do Bairro de Fomento clarificou que a Câmara tem feito a expensas suas algumas intervenções de melhoria e requalificação tal como a pintura de uma parte dos prédios mais degradados. Quanto à cobertura dos edifícios disse que em 2004 estava previsto um financiamento aprovado para a sua requalificação e que o Executivo do PSD, que entretanto havia entrado em funções, decidiu não o levar por diante. Neste momento a Câmara já pediu uma reunião ao Instituto Nacional da Habitação para ver se existia alguma possibilidade de financiamento que permitisse a sua requalificação. Relatou por outro lado que neste bairro também existe um conjunto de habitações de propriedade privada não estando criado um condomínio para a sua gestão

Em seguida o Sr. Presidente da Assembleia deu a palavra ao Sr. deputado António José Correia para fazer um pedido de esclarecimento ao Sr. Presidente da Câmara.

O Sr. deputado disse que o Sr. Presidente da Câmara quase indiciou o anterior primeiro-ministro por ter vindo ao Chamadouro fazer mais uma inauguração virtual, não foi isso que se passou, os estudos de impacte ambiental levam o seu tempo e só se fazem quando há projetos para serem concretizados. Relativamente aos assuntos relacionados com o IP3 e serviços de radioterapia está com a Câmara Municipal pois estas são matérias relevantes para a região. Disse esperar que o Presidente da Câmara tivesse razão sobre o serviço de radioterapia ser instalado em Viseu mas que tinha a sensação que esse serviço iria para Castelo Branco e que aguardava informações por parte do Sr. Presidente da Câmara acerca das reuniões que iria ter sobre estas

